

# O CAMPO NO SÉCULO XXI

TERRITÓRIO DE VIDA,  
DE LUTA E DE CONSTRUÇÃO  
DA JUSTIÇA SOCIAL

Geografia Agrária I – Profa. Dra. Valéria de Marcos

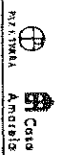
Texto 2

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. M. I (org). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

2.2 cop



ORGANIZAÇÃO  
Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
e Maria Inez Medeiros Marques



ONE

**GEOGRAFIA AGRÁRIA:  
PERSPECTIVAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI\***  
ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA\*\*

"Penso que cumprir a vida  
Seja simplesmente  
Compreender a marcha,  
Ir tocando em frente..."<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Discutir as perspectivas que se põem para a Geografia Agrária abre espaços para discussões profundas sobre os rumos que esse campo de investigação da ciência geográfica, em particular, e das análises sobre o campo vem trilhando neste início de século XXI. O debate e o confronto das idéias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual. Abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico. Assim, tratarei a temática ponderando as contradições vividas pelo campo no Brasil e no mundo atual e o estado da arte da Geografia Brasileira. Gostaria de deixar claro, de início, que as alterações recentes na configuração territorial do mundo e do Brasil nas duas últimas décadas revelam que o mundo se transformou. Revelam também que o Brasil se transformou. O capitalismo monopolista mundializado adquiriu novos padrões de acumulação e exploração, e é essa nova feição que muitos chamaram de modernidade, pós-modernidade etc. Como se sabe, a realidade é a única referência para se submeter à discussão nossas concepções teóricas.

\* Texto apresentado na mesa-redonda "Perspectivas da Geografia Agrária" do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária / I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizada no dia 5 de novembro de 2003.  
\*\* Geógrafo, Professor Titular do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, pesquisador do CNPq.  
E-mail: ariov@usp.br

Como tenho insistido em meus textos<sup>2</sup>, todos estamos inseridos no turbilhão do mundo da modernidade. Uns enganam-se no *establishment*, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. Não se trata, pois, de encontrar de forma maniqueísta o que está certo ou errado. Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro. Esse debate tem de ser feito através das necessárias reflexões sobre a práxis e tem de dar conta da utopia para pensá-la como instrumento que permita a construção da liberdade, da autonomia e do compromisso social no interior da prática universitária.

## 2. AS PESQUISAS EM GEOGRAFIA AGRÁRIA E AS CORRENTES FILOSÓFICAS DO PENSAMENTO<sup>1</sup>

A Geografia moderna, como a maioria das ciências humanas, nasceu no século XIX, sob a égide do debate filosófico entre o *positivismo*, o *historicismo* e, por certo, a influência da *dialética*. Penso que essas três correntes filosóficas estão na formação das raízes do pensamento geográfico moderno. Os trabalhos de Manuel Correia de Andrade e Hordato Capel iluminam nessa direção. Manuel Correia de Andrade<sup>3</sup> aponta para a existência de uma Geografia libertária representada pelos trabalhos de Elisée Reclus<sup>4</sup> e Piotr Kropotkin<sup>6</sup>. Já Capel<sup>7</sup> faz referência a um geógrafo anarquista marginalizado na história do pensamento geográfico.

Assim, estou assumindo uma posição crítica em relação a autores que tratam desse período da história da Geografia qualificando-o como Geografia Tradicional, como é o caso de Antonio Carlos Robert Moraes<sup>8</sup> e Ray Moreira<sup>9</sup>. Esta expressão não ajuda a revelar a raiz historicista da Geografia, e não abre possibilidades para compreensão do importante debate entre o materialismo e o idealismo nas ciências humanas, particularmente no século XIX. Em 1978, já apontava para essa questão na Geografia. Mais do que camuflar, o debate dessa posição contribuiu para que os geógrafos continuassem, na maioria das vezes, "geografizando" essa discussão sob o signo do determinismo *versus* possibilismo. Esse debate geográfico, em primeiro lugar, retira a discussão do campo da filosofia, onde ela deve ser feita, e remete-a à análise da realidade (relação entre a sociedade e a natureza), vista quase que exclusivamente entre geógrafos. Em segundo lugar, remete à origem da Geografia exclusivamente, ao positivismo. Em terceiro lugar, a meu juízo, continua desconhecendo a possibilidade de existência de uma terceira raiz do pensamento geográfico, construída sob influência da dialética.

O embate filosófico travado no século XIX tinha como centro a possibilidade de as ciências humanas possuírem estatuto científico próprio, e era essa discussão que opunha positivistas e historicistas e ambos aqueles influenciados pelo pensamento hegeliano. Esse rico debate deve ser entendido agora no interior de uma visão social de mundo compreendida como perspectiva de

conjunto, como a estrutura categorial, como o estilo de pensamento socialmente condicionado, que, todos sabemos, pode ser ideológico ou utópico. Não se trata, pois, de opor ciência a ideologia, ou de opor ideologia a utopia, temas de articular essas formas sociais de pensar o mundo, e entendê-las historicamente, como propõe, por exemplo, Michael Löwy<sup>10</sup>.

O positivismo que teve em Auguste Comte<sup>11</sup> um de seus principais pensadores, como uma doutrina da neutralidade axiológica do saber, estava fundado em um conjunto de premissas que estruturaram

um "sistema" coerente e operacional que entenda que: 1) a sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana; na vida social, reina uma harmonia natural; 2) a sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como "naturalismo positivista") e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* (método, modo de evolução, trajetória) e processos empregados pelas ciências da natureza; 3) as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.<sup>12</sup>

A difusão dessas idéias, particularmente do postulado de uma ciência axiológicamente neutra, apareceu também fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Esse fenômeno revela, antes de tudo, uma certa *dimensão positivista* no interior de vertentes dessas escolas de pensamento. Não custa lembrar que, embora o positivismo tenha surgido como utopia crítico-revolucionária da burguesia antiliberalista, tornou-se ainda no século XIX uma ideologia conservadora identificada com a ordem industrial/burguesa estabelecida. Esse postulado da neutralidade valorativa das ciências humanas conduziu, inevitavelmente, à negação, ou a que os seguidores ignorassem o condicionamento histórico-social do conhecimento. Por outro lado, forçou sua base doutrinária na objetividade/neutralidade científico-social. Parece óbvio insistir que o movimento neopositivista na Geografia, ou seja, o empirismo lógico, manteve praticamente inatos esses postulados básicos, sobretudo o da objetividade/neutralidade.

Assim, a história do pensamento geográfico na Geografia Agrária não foi, em hipótese alguma, diferente da influência dessa corrente, sobretudo na sua versão atual, teórico-quantitativa, está claramente presente entre os geógrafos que estudam o campo. O artigo "Renovação da Geografia Agrária no Brasil" no Simpósio A Renovação da Geografia, publicado pela AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros em - 1973, e o livro *Geografia da agricultura*, publicado pela Difel em 1984, de autoria de José Alexandre Filizola Diniz<sup>14</sup>, são um ótimo exemplo dessa corrente, na versão do empirismo lógico.

O historicismo, por sua vez, como escola fundada na Alemanha, teve

como um de seus principais pensadores Wilhelm Dilthey<sup>15</sup>. Essa escola, que nasceu no interior do idealismo defendendo a autonomia do estatuto científico das ciências humanas, admitia que:

1) Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através da e na sua historicidade. 2) Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, consequentemente, entre as ciências que os estudam. 3) Não somente o objeto da pesquisa está imerso na história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista.<sup>16</sup>

O historicismo está, pois, na raiz filosófica daquilo que os geógrafos chamam de *possibilismo*. Também não é demais lembrar que a discussão sobre a região na Geografia tem de passar necessariamente pelo historicismo. Entretanto, agora, o historicismo ressurgiu como uma espécie de neo-historicismo. Movimento que aparece também no interior do marxismo e que, via de regra, além de manter os princípios basilares do historicismo, ou seja, o conservadorismo, incorre quase sempre na "tentação reducionista (da História, sobretudo) como método), ou ao menos na ausência de articulação precisa e sem equívoco entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia da prática científica"<sup>17</sup>.

A história do pensamento na Geografia Agrária também foi fortemente influenciada pelo historicismo. O excelente capítulo "Metodologia da Geografia Agrária" do livro *Geografia Agrária do Brasil*, de Orlando Valverde, é talvez uma espécie de marco histórico na história da Geografia Agrária no Brasil. Valverde, a meu juízo, viveu, quando escreveu esse livro, a tradição intelectual daquela época, entre uma visão historicista da Geografia como ciência e a sua firme posição política de compromisso com a transformação da sociedade:

No decorrer da década de 1950, entretanto, os debates sobre a questão agrária brasileira, que se mantinha como bandeira de lutas e reivindicações das esquerdas, alcançaram o Congresso Nacional e a prática pública. Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão. Aquilo que fora um compromisso moral com o meu mestre [Léo Wallich] passou a sê-lo com o povo brasileiro.<sup>18</sup>

Cabe também mencionarmos o avanço da fenomenologia na Geografia. Talvez essas duas correntes, neo-historicismo e fenomenologia, estejam se constituindo na base do maior número de trabalhos em desenvolvimento na Geografia na atualidade. Pesquisas sobre percepção e modo de vida das populações do campo estão se tornando prática usual na Geografia Agrária.

A dialética, por sua vez, como corrente filosófica na Geografia, a meu ver, constitui-se em uma espécie de raíz, propostadamente esquecida. Nas célebres obras de Eusebio Kessler e Piotr Aleksievitch Kropotkin, permaneceu praticamente no interior do movimento anarquista do século XIX e ini-

cio do século XX. Contemporâneos de Karl Marx, discutiram profundamente as concepções de Hegel sobre a transformação da sociedade capitalista. Esse debate foi retomado depois, final da década de 30 e início da década de 40 do século XX, por um grupo de geógrafos franceses (Pierre George<sup>19</sup>, Yves Lacoste<sup>20</sup>, Raymond Guglielmo<sup>21</sup>, Bernard Kayser<sup>22</sup>, Jean Dresch<sup>23</sup>, Jean Triart<sup>24</sup>, entre outros). Muitas vezes, a influência historicista mesclava também os trabalhos dessa corrente, como é o caso de trabalhos de Pierre George<sup>25</sup>.

Trazida pela influência marxista, a dialética como corrente na Geografia Agrária está na base de um conjunto de trabalhos de Orlando Valverde<sup>26</sup>, Manuel Correia de Andrade<sup>27</sup>, Pasquale Petrone<sup>28</sup>, Léa Urdenschein<sup>29</sup>, Manuel Seabra<sup>30</sup>, entre outros. Tal influência tem sido marcada por princípios que sustentam essa escola de pensamento. Pode-se destacar, entre eles, o condicionamento histórico e social do pensamento, portanto o seu caráter ideológico de classe. Com o marxismo, começou a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico, e mesmo no historicismo.

Para Karl Marx,

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. [...] Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua maneira própria de consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.<sup>31</sup>

Marx deixou também a demarcação de seu método explicitada:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o denúncio do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.<sup>32</sup>

Entretanto, na história do marxismo, diferentes autores não escaparam

imunes à influência positivista, historicista ou mesmo racionalista. Além, é evidente, de que diferentes vertentes foram gestadas em seu interior. De um lado desenvolveu-se um marxismo positivista, de outro um historicista. É óbvio que a Geografia e a Geografia Agrária foram influenciadas por essas concepções. De forma sintética, caberia agora retomar as divergências.<sup>33</sup>

O estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores que expressam diferentes vertentes do marxismo. Por exemplo, há autores que defendem o ponto de vista de que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso, eles advogam a seguinte tese: "para que o campo se desenvolvesse, seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo". Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam, inclusive, afirmar que o capitalismo está penetrando no campo. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão trabalhos de Maurice Dobb<sup>34</sup>, Nelson Werneck Sodré<sup>35</sup>, Alberto Passos Guimarães<sup>36</sup>, Inácio Rangel<sup>37</sup> etc. O livro *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, de Orlando Valverde<sup>38</sup>, apresenta essa interpretação, também presente nas teses de doutoramento de Miguel Gimenez Bertoni<sup>39</sup>, *Brasil Central pecuário*: interesse e conflitos, e na dissertação de mestrado de Maria Ap. Scarpinato Teixeira<sup>40</sup>, *Adversidade e diversidade dos produtores de leite*: de pecuaristas-mercantes a proletários ou a empresários, defendidas aqui na Geografia da USP.

Outra vertente entende que "o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de 'resíduo' social que o progresso capitalista extingiria". Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, "os camponeses tornar-se-iam proletários". Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky<sup>41</sup>, Vladimir I. Lenin<sup>42</sup>, Léo Huberman<sup>43</sup>, Paul Sweezy<sup>44</sup>, Caio Prado Jr.<sup>45</sup>, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Conceição Dinco<sup>46</sup>, José Graziano da Silva<sup>47</sup>, Ricardo Abramovay<sup>48</sup>, José Eli da Veiga etc. A maior parte dos trabalhos em Geografia Agrária tem por base essa concepção. São exemplos dessa corrente a maioria dos artigos publicados nos Anais dos Encontros de Geografia Agrária e a maior parte das teses e dissertações defendidas na Geografia da UNESP-Rio Claro-SP e na UFRJ no Rio de Janeiro. Mas, talvez pelo seu caráter emblemático, o trabalho de Ray Moreira<sup>49</sup> "O desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campo no processo", publicado na revista *Terra Livre* n° 1, seja um dos melhores exemplos na Geografia Agrária. Outro seguidor é Paulo Alenciano.

Assim, para essas duas vertentes, na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro dessa sociedade. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). É por isso que muitos autores e mesmo

partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses. Muitos acham, inclusive, que os camponeses são reacionários, que "sempre ficam do lado dos latifundiários" etc. Se isso realmente ocorre, é preciso compreender o que está acontecendo com essa classe social. Certamente eles, os camponeses, não têm encontrado respaldo político nesses partidos; aliás, eles "não fazem parte da sociedade" para esses autores e partidos.

Penso que esses autores "esqueceram" uma frase escrita por Karl Marx em *O Capital*:

*(Os proprietários de terra força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. (grifo meu))*<sup>50</sup>

Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continua-se a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitos partes do Brasil. Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de possesores no Brasil. Em 1960 existiam 356.502 estabelecimentos agropecuários controlados por possesores. Já em 1985, eles passaram para 1.054.542 estabelecimentos, e em 1995 eram 709.710. Ou seja, ocorreu exatamente, nesse período de grande desenvolvimento do capitalismo (sobretudo industrial) no Brasil, um aumento dos estabelecimentos ocupados por possesores até 1985, e a sua redução em 1995 foi provocada pela regularização fundiária realizada no governo FHC. Se as teses da extinção do campesinato de fato tivessem capacidade explicativa, esses possesores deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses. Logo, são as teses sobre a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo seguidas por esses autores que possivelmente não têm capacidade explicativa. Na realidade, o que ocorre é que esses autores têm uma concepção teórica que deriva de uma concepção ideológica de transformação da sociedade capitalista. Ou seja, partem do pressuposto de que a chegada ao socialismo só seria possível se a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes sociais antagonicas: o proletariado e a burguesia. É, pois, essa concepção que esses autores e partidos políticos têm procurado impor às lideranças dos movimentos sociais a qualquer preço. Com isso, causam mais confusão do que esclarecem esses lideranças, pois em vez de explicar o que está realmente acontecendo no campo, passam apenas "uma visão teórica" do que "acham" que está ocorrendo.

Como faço parte de outra concepção teórica de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, para mim, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. Ou seja, o estudo da agricultura bra-

sileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implan- tando o trabalho assalariado através da presença no campo do "bóia-fria"), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa Luxemburgo<sup>11</sup>, Teodor Shanin<sup>12</sup>, Samir Amin e Kostas Vergopoulos<sup>13</sup>, e no Brasil José de Souza Martins<sup>14</sup>, Margarida Maria Moura<sup>15</sup>, José Vicente Tavares da Silva<sup>16</sup>, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortman etc. Na Geografia Agrária, seguindo essa concepção, há os trabalhos de Regina Sader<sup>17</sup>, Laci Palhera, Rosa Ester Rossini, os meus próprios, e as dissertações e teses de grande parte de meus orientandos.

Em vários trabalhos analisei essa questão<sup>18</sup>. No 3º Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Itaitia, RJ, em 1980, pela primeira vez defendi na Geografia essa posição<sup>19</sup>. Mas foi no livro *Agricultura camponesa no Brasil* que o tema foi tratado de maneira mais analítica<sup>20</sup>. Assim, é através da compreensão dessa lógica contraditória que procuro entender as transformações que estão ocorrendo na agricultura brasileira neste início de século XXII<sup>21</sup>.

### 3. AS PESQUISAS DE MEUS ORIENTANDOS NO LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA DA USP E NA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE E RIO CLARO

Fizés, nos princípios de liberdade, autonomia e compromisso social, meus orientandos vão, a seus modos, criando recorres novos no interior dessa já clássica concepção de entender a recriação camponesa no interior do capitalismo.

Antonio Thomas Jr.<sup>22</sup> vai gradativamente formando a vertente da centralidade do trabalho nos estudos sobre o campo. Investe na construção de uma geografia do trabalho. Abraçando teses leninistas, vai cunhando estru- dos em que o campesinato é visto como categoria social no interior da clas- se trabalhadora. Para ser justo com ele, vai mais além, quer ver desenvolvido esse novo sujeito social nascido das contradições do capital e, simultanea- mente, cunhando nos lutas dos movimentos sociais. Marcia Yukari Mizusa- ka<sup>23</sup>, caminhando nas pesquisas sobre a avicultura em Mato Grosso do Sul, abre um interessante diálogo com essas idéias de Thomas, e procura desen- dar a presença da reestruturação produtiva na avicultura daquele Estado.

Bernardo Albuquerque Fernandes<sup>24</sup> investe na construção de uma geografia dos movimentos socioterritoriais. Ocupação, acampamento e assentamento formam a tríada de suas pesquisas. Certamente, constitui-se hoje em um pro- fundo conhecedor do principal movimento social do campo brasileiro, o MST. Helena Amélia de Mesquita<sup>25</sup> esclareceu os meandros do massacre de

Corumbiara, em Rondônia, e revelou os sujeitos sociais e seus papéis. Seu trabalho insere-se na lógica da construção de uma geografia dos conflitos no campo. Cátia de Oliveira Macedo<sup>26</sup> seguiu o mesmo caminho, levantando as consequências do massacre de Eldorado dos Carajás, e no doutorado se- gue debruçada sobre essa região do sul do Pará. Carlos Alberto Feliciano<sup>27</sup>, por sua vez, também investe na compreensão de uma geografia dos confi- tos, apresentando uma visão geral do Brasil, mergulhou no estudo dos acon- tecimentos recentes do Estado de São Paulo. Vários movimentos sociais e ações sindicais foram por ele visitados: MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), CUT, FBR/AFSP, entre outros. Nessa mesma estera de pesquisas MAST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) suas origens e seus racha- políticos, agora no doutorado em geografia, analisou o assentamento Timboré, em Andra- Ribeiro Araújo Michelotto<sup>28</sup> analisou o assentamento Timboré, em Andra- dina, SP, tratando de sua história, seus sujeitos sociais e a dura luta pela sua existência. Francisco José Avelino Junior<sup>29</sup>, por sua vez, sistematizou o le- vantamento da luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. Larissa Mies Bonhardt<sup>30</sup> estudou a primeira experiência de reforma agrária reali- zada pelo governo estadual de São Paulo, próximo a Campinas. No douto- rado, Larissa amplia seu estudo para as outras áreas do Estado de São Pau- lo que receberam esses projetos na década de 60.

Buscando um recorte temático diferente, Rosemeire Aparecida de Al- meida<sup>31</sup> analisa com profundidade os processos internos e suas conexões no interior dos movimentos sociais no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa análise feita por dentro dos movimentos sociais abre a possibilidade da compreensão de suas virtudes e fragilidades e, particularmente, dos avanços alcançados pelos sujeitos sociais que os formam. A incorporação dos con- ceitos de Pierre Bourdieu<sup>32</sup> abre um diálogo interessante com essa corrente da antropologia.

Nesse mesmo caminho de diálogo com a Antropologia estão Marta Inez Aldeiros Marques<sup>33</sup> e Miriam Cláudia Lourenção Simonetti<sup>34</sup>. Marta estudou o campesinato em Ribeira, na Paraíba, e a ação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) nos movimentos sociais em Goiás. Miriam pesquisou a trajetória do assentamento de Promissão, SP, sua história, conflitos, encon- tros e desencontros. Ambas têm na produção de Ellen e Klass Woortman<sup>35</sup>, Margarida Maria Moura<sup>36</sup> e Antonio Cândido<sup>37</sup>, entre outros, a discussão para compreender o território camponês.

Ainda no rumo da busca de uma geografia dos movimentos sociais e dos conflitos no campo, está o trabalho de Samira Peduti Kahil<sup>38</sup>, alías, o primeiro sobre a remãtica que orientei, sobre a luta dos posseiros da lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, SP. Nesse mesmo bloco está também o estudo de Luiz Carlos Batista<sup>39</sup> sobre os brasiguaios.

Heroldo que fui de muitos orientandos de Regina Sader<sup>40</sup>, assumi um grupo com um conjunto de reflexões sobre a Geografia e suas relações com os estudos do imaginário. Entre eles estão os trabalhos de José dos Reis San- tos Filho<sup>41</sup>, Ely Souza Estrela<sup>42</sup>, Elaine Lourenço<sup>43</sup> e Magali Franco Bueno<sup>44</sup>.

que, no doutorado, continua suas pesquisas referentes ao imaginário sobre a Amazônia. Buscando construir um caminho mais influenciado pela sociologia, está o estudo sobre o conflito pela terra em Conde, PB, de Marcelo Gomes Justo<sup>6</sup>, também orientando transferido de Regina Sader. Agora inscrito no doutorado sob minha orientação, Marcelo estuda o assentamento Carlos Lamarca, do MST, na região de Sorocaba, SP.

Ainda sob o viés da Antropologia de Antônio Carlos S. Diegues<sup>7</sup>, Carlos Rodrigues Brandão<sup>8</sup> e Bernadete Castro Oliveira<sup>9</sup>, entre outros, estão os trabalhos de Lúcia Cavallieri<sup>10</sup>, sobre os camponeses caçeiros da Reserva Ecológica da Juatinga, em Parati, RJ; de Simone Rezende da Silva<sup>11</sup>, sobre os também camponeses caçeiros do Cumhuri, em Ubaituba, SP; de Davio de Araújo Lima<sup>12</sup>, sobre os pescadores de Marambaia, em Rio Grande, RS, e de Simone Raquel Batista Ferreira<sup>13</sup> (também vinda da transferência de Regina Sader), que pesquisou os territórios comunitários dos caçeiros e indígenas do extremo norte do Estado do Espírito Santo e sua luta contra a expansão da silvicultura do eucalipto imposta pelas indústrias de papel e celulose.

Sobre as nações indígenas e os conflitos para demarcações de suas terras estão os estudos voltados para a construção de uma geografia das nações indígenas, de Carla Gonçalves Antunha Barbosa<sup>14</sup>, sobre luta dos povos Guarani para a demarcação de suas terras no Estado de São Paulo e a análise global das questões (terra, território e recursos naturais) relativas às sociedades autóctones, seu doutorado. Maria Inês Martins Ladeira<sup>15</sup> abordou significação, constituição e uso do espaço geográfico Guarani-Nhaya na porção sul-americana deste continente. Elizeu Ribeiro Lira<sup>16</sup>, por sua vez, enfocou a história dos Kraô do Tocantins; Ivani Ferreira de Faria<sup>17</sup>, os povos indígenas do alto Rio Negro, no Estado do Amazonas; João Marçal Boulé de Moraes<sup>18</sup>, a luta dos Tupiniquim no Estado do Espírito Santo; Já Maria Lúcia Cereda Gomide<sup>19</sup>, os Xavante da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande e as possibilidades da existência de um corredor ecológico entre esta e a Terra Indígena de São Marcos, também dos Xavante.

Também sobre a Amazônia cabe destacar o trabalho de Gisliene Moreno<sup>20</sup> sobre apropriação capitalista da terra no Estado de Mato Grosso, vertida em radiografia de uma das maiores "grilagens legalizadas" de terras públicas do país. Circe da Fonseca Vidigal<sup>21</sup>, em Sinop, MT, entendeu a geografia militar para a Amazônia. Paulo Henrique Borges de Oliveira Junior<sup>22</sup>, política militar para a Amazônia, Paulo Henrique Borges de Oliveira Junior<sup>23</sup>, junto com os camponeses ribeirinhos e roceiros de Gurupá, PA, investigou os processos de construção de seus espaços de vida. Também sobre os espaços de vida cotidiana dos ribeirinhos da Amazônia foi o mestrado de Manuel de Jesus Mazulo da Cruz<sup>24</sup>, outro orientando herdado de Regina Sader. Atualmente inscrito comigo no doutorado, Mazulo estende-se sobre os camponeses ribeirinhos da Amazônia. Já Silvio Simone da Silva<sup>25</sup> buscou desvelar as fronteiras dominadas pela agropecuária no Acre, e Jones Dani Goerri<sup>26</sup>, este a fronteira retrante, estudou os migrantes do sul do país em Rondópolis, MT. Relacionados à agricultura brasileira, estão: Fátima Rondono da Silveira<sup>27</sup>, com os trabalhadores na citricultura e na cultura da cana-de-açúcar em Bebedouro, SP, e com os camponeses na região de Presidente Prudente, SP,

Helena Copetti Calaini<sup>28</sup>, e a trajetória de expropriação dos colônos no noroeste do Rio Grande do Sul; Marcia Siqueira de Carvalhos<sup>29</sup>, e a pequena produção de café no norte do Paraná; Jacob Binznok<sup>30</sup>, voltada à ideologia, contradições e desenvolvimento do espaço agrário fluminense; Maria José de Araújo Lima<sup>31</sup>, e os saberes populares nos perifericos irrigados do semi-árido nordestino; Célia Maria Santos Vieira de Medeiros<sup>32</sup>, com o produtor familiar rural na região de Presidente Prudente, SP; e Sedeval Nardouque<sup>33</sup>, e o processo conflituoso da ocupação da terra em Jales, SP.

Diva Maria de Faria Bourneria<sup>34</sup>, no bojo dos estudos gerais sobre a agricultura brasileira, relaciona a história da produção de alimentos e os processos gerais do desenvolvimento econômico.

Virginia E. Erges<sup>35</sup>, inicialmente, relacionou o campesinato produtor de fumo em Santa Cruz do Sul, RS, com as indústrias fumageiras. Depois voltou em Santa Cruz do Sul, RS, com as indústrias geográficas sobre a agricultura, na obra do imperante geógrafo alemão Leo Walbech. Especial destaque deve ser dado ao trabalho de Eliane Paulino Tomim<sup>36</sup>, sobre o campesinato moderno e tradicional do norte do Paraná. Sua análise cuidadosa e aprofundada revela o potencial inovador e criador dessa classe incomoda no território da modernização agrícola.

Nazareno José de Campos<sup>37</sup> (outro orientando vindo de Regina Sader) diferenciou formas de terras de uso comum existentes no Brasil, ampliando seu primeiro trabalho sobre as mesmas na Ilha de Santa Catarina<sup>38</sup>.

A pesquisa de Valéria de Marcos<sup>39</sup> sobre a Comunidade Comunitária Guarani, SP, abriu perspectivas para o debate sobre a produção comunitária e a produção coletiva na agricultura brasileira, além de mostrar suas diferenças em relação às formas de uso comum da terra no Brasil e no mundo. Aprofundou estudos na perspectiva da compreensão da influência amazônica na Geografia e, particularmente, na Geografia Agrária. Sua tese de doutorado<sup>40</sup>, defendida na Itália, sob orientação de Massimo Quaini, contém o germe fértil de um novo caminho de pesquisa sobre o campo para além do capitalismo.

A esses orientandos vão se somar, em breve, os demais pesquisadotes que comigo desenvolvem seus mestrados e doutorados no Laboratório de Geografia Agrária do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, através do programa de Pós-Graduação em Geografia Humana: Alexandra Maria de Oliveira, no Ceará, investiga a reforma agrária de mercado do Banco Mundial; Maria de Lúcia Bram de Carvalho levanta os conflitos advindos da construção de Itaipu e as poucas terras destinadas aos povos Guarani na região de Foz do Iguaçu; e, por fim, Luis Almeida Tavares pesquisa os faxinais do Estado do Paraná.

Dessa forma, vamos prosseguindo nessa tarefa de formar pesquisadores para que, por meio da Geografia Agrária, possam compreender os processos recentes de construção contraditória do território capitalista no Brasil, como se pode ver, nem sempre seguida pelos meus orientandos.

#### 4. A BUSCA DA TEORIA NA GEOGRAFIA: A LÓGICA DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO<sup>20</sup>

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, no mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento.

Esses processos contraditórios produzem e se reproduzem em diferentes partes do mundo atual, criando, dessa forma, interdependências entre Estados, nações e, sobretudo, empresas de diferentes lugares dos países e do globo. Essa nova realidade abre a possibilidade para o debate travado na Geografia referente a temas como globalização, fragmentação, lugar, formação socioespacial, mundo etc.

Meus trabalhos refletem essa corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em Geografia. Sigo autores como Lefebvri<sup>21</sup>, Galati e Endovina<sup>22</sup>, Raffestin<sup>23</sup>, Gottdiner<sup>24</sup>, Coraggio<sup>25</sup>, Quainça<sup>26</sup>, Chusman<sup>27</sup> e Jacquot<sup>28</sup>, entre outros. Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturas (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e a lógica concreta/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *primis* ou um *a priori*, mas a continua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza.

A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

A valorização é, assim, compreendida como fruto da transformação que a produção e a reprodução passam. Isso significa dizer que, sob capitalismo, a valorização é oriunda do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais. Significa também que a produção é resultado contraditório de construção do capital e que a reprodução do território deriva da reprodução ampliada do capital.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. É essa circulação, valorização que constitui/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que fragões de uma mesma formação territorial comecem dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as *regiões*. Trabalhamos, pois, com o princípio contraditório de que, ao mesmo tempo em que o capital se mundializou, mundializante o território capitalista, a terra se nacionalizou. É, pois, também dessa contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferenças e desiguals formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. Assim, volto a insistir que o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional.

Na formação territorial capitalista no Brasil, essas contradições geram movimentos de concentração da população, primeiro, nas regiões metropolitanas e, depois, nas capitais regionais e em geral nas cidades. Já faz muito tempo que a população urbana brasileira superou a rural. Formou-se, pois, o *locus* da concentração do capital e da força de trabalho, as grandes regiões industriais. Não custa também lembrar que, no seio destas, a escassez dos serviços e o acesso a estes geraram a verticalização nas metrópoles e, com ele, a possibilidade histórica da realização da renda da terra de monopólio nas cidades. No campo, esse efeito está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra, quer na sua forma diferencial *exou* absoluta. Esta marcada, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios.

Porém, o campo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.

#### 5. A PROPOSTA TEÓRICA NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O desenvolvimento, portanto, da agricultura (via industrialização) revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário, portanto. Isso se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, co no amarras ao campesinato,

fazendo com que ele às vezes produza exclusivamente para a indústria.

Um exemplo desse contraditório desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos bóias-frias que moram/vivem nas cidades.

O outro exemplo se dá com os plantadores de fumo no sul do Brasil, que entregam sua colheita às multinacionais do cigarro. Nesse caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto que o proprietário da terra e o trabalhador são uma única pessoa, os camponeses. Já nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias, temos como personagens sociais: o capitalista industrial, o proprietário da terra-tenista (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês renteiro, que com a família trabalha a terra.

O que esse contraditório desenvolvimento capitalista no campo revela é que, no primeiro caso, o capital se territorializa. Trata-se, portanto, da *territorialização do capital monopolista* na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopolista o território sem, entretanto, se territorializar. Trata-se, pois, da *monopolização do território pelo capital monopolista*.

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num "mar" de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc.

Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes.

Nesse segundo caso ainda, o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (fração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espa-

ço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceria, renteiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir o seu capital.

Assim, a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo.

Embora muitos geógrafos procurem participar de diferentes construções teóricas para a explicação do campo, há pesquisadores que, a partir de exercícios estatísticos, constroem caminhos de investigação que reproduzem equívocos e consequências sérias aos estudos da Geografia Agrária. Refiro-me às propostas de José Graziano da Silva sobre o "Projeto Rururbano" e suas análises a respeito do que há de novo no rural brasileiro e aos textos jornalísticos de José Eli da Veiga sobre uma parte do Brasil urbano que para ele é rural.

## 6. A INFLUÊNCIA EQUIVOCADA DO RURURBANO DE JOSÉ GRAZIANO DA SILVA E DAS CIDADES IMAGINÁRIAS DE JOSÉ ELI DA VEIGA NAS PESQUISAS EM GEOGRAFIA AGRÁRIA

"A estatística é a arte de torturar os números até que eles confessem."<sup>129</sup>

### 6.1. A TESE DE JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

À incansável lista pelo acesso à terra pelos camponeses no Brasil tem uma dimensão incompreendida por parte da intelectualidade brasileira. No Brasil, por exemplo, José Graziano da Silva acredita que o campo praticamente acabou e que a agricultura é atividade de "tempo parcial" (*part-time farmer*):

... para encerrar essa lista que poderia arrolar inúmeros outros fatores, a crescente tecnificação dos produtores familiares, que permitiu a liberação da mulher e dos filhos menores das lides diárias, tornando possível a sua urbanização. Ou seja, esse pequeno produtor saiu do campo e veio para a cidade em busca de escola para os filhos e dos "contornos" da cidade. Na cidade, a família diversificou a origem de sua renda, fosse através do trabalho assalariado dos filhos, fosse através das rendas de aluguéis e cadernetas de poupança, ônicas alternativas ao seu alcance. Assim, do ponto de vista da família - especialmente da família ampliada -, as atividades agrícolas vão se convertendo gradativamente em atividades part-time, ainda que fundamentais para sua reprodução. (grifo meu)<sup>130</sup>



Em seu estudo "O novo rural brasileiro"<sup>131</sup>, José Graziano de Silva também afirma de forma categórica que:

O propósito deste texto é chamar a atenção para o que há de novo no chamado meio rural brasileiro. Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura — que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno — se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mencionar essa integração terminou por se consolidar nos chamados *complexos agroindustriais* que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas. (grifo meu)<sup>132</sup>

José Graziano da Silva acerta no principal, ou seja, é verdade que o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano. O urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Uma não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro, como parece entender o autor. Afinal, para ele, sempre existiu a esperança de que a agricultura se transformasse em uma "fábrica verde", *enfim*, que as relações sociais de produção e de trabalho capitalista, quer dizer assalariadas, dominassem tudo e a todos.

Mas isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as "fábricas verdes" como protótipo da organização social do trabalho nos campos.<sup>133</sup>

Entretanto, não foi isso que aconteceu, e o campesinato tem dado mostra suficiente de sua força, para que essa tese teórica, política e ideológica da hegemonia plena do capitalismo fosse de fato ocorrer, como previam os clássicos Marx e Lênin. Por isso, segundo o autor, novas formas de organi-

zação do processo de trabalho passaram a ocorrer, e elas sinalizam na direção de que os camponeses, na realidade, são prestadores de serviços autônomos que trabalham em suas próprias casas:

Não é nosso propósito nos aprofundarmos nesses aspectos aqui. Apenas reconhecer que, tanto na indústria como na agricultura, essas novas tecnologias já estão alterando profundamente não só as formas de organização do processo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, mas também reduzindo a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial. *O desejo de uma estabilidade social representada pelo emprego das grandes corporações cedeu lugar, no imaginário popular, ao prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa.* (grifo meu)<sup>134</sup>

Para a tese de José Graziano da Silva é impossível a existência da classe camponesa na sociedade capitalista. Em sua concepção teórica, histórica, política e ideológica, ela é coisa do passado, superada pelo desenvolvimento capitalista. E, mais, para o autor, aqueles que pensam que os camponeses existem e se reproduzem na sociedade capitalista estão ainda embriagados pelas teorias clássicas, cujo aporte desemboca em uma visão da cisão rural/urbano:

A utilização que os autores clássicos (como, por exemplo, Marx e Weber) davam ao corte urbano/rural relacionava-se ao conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) em função do progresso das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal. A dicotomia urbano-rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII e não propriamente um corte geográfico. É a partir daí que o "urbano" passou a ser identificado com o "novo", com o "progresso" capitalista das fábricas; e os rurais, ou a "classe dos proprietários rurais", com o "velho" (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o "atraso" no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais, como, por exemplo, na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra na época de Ricardo.<sup>135</sup>

É por isso que José Graziano da Silva acertou no principal. Ele está certo em sua visão da importância e do significado do urbano. Nesse sentido, o campo industrializou-se, porém ele ainda continua sendo o campo, o mundo rural com suas especificidades, agora contraditoriamente mais confinado. O campesinato moderno passou a cobrar cada vez mais seu lugar na pacto social das sociedades desenvolvidas. Foi por isso que as políticas da União Europeia tiveram de levá-los em conta. E, não como pensa o autor, eles tornaram-se dispensáveis para a ordem capitalista, ou melhor, agora são apenas necessários em parte. Eles tornaram-se *part-time farmer*, ou um prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa

No mundo rural dos países desenvolvidos, esse novo paradigma "pós-industrial" tem um ator social já consolidado: o *part-time farmer* que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos tempos tradicionais urbano-industriais como nas novas atividades que têm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluralidade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.<sup>136</sup>

Aliás, o próprio José Graziano da Silva revela sua mais eloquente intenção teórica, histórica, política e ideológica: não há lugar no mundo moderno (para ele, pós-industrial) para os camponeses:

*Na verdade, a novidade em relação àquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponeses em processo de proletarianização é a combinação de atividades não-agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarianização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e horta-feitorias etc. O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita. (grifos meus)<sup>137</sup>*

É, portanto, pela negação da possibilidade histórica da existência do camponês como classe social no interior da sociedade capitalista que está construída a tese de José Graziano da Silva. Sua construção teórica agora segue Mingione e Pugliese<sup>138</sup>, que, a partir de uma concepção flexível sobre o trabalho, vêem os camponeses modernos também como subprodutos da reestruturação produtiva da indústria no capitalismo mundializado:

Segundo Mingione e Pugliese, o *part-time* é o elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna. Eles atribuem essa possibilida-

de de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar a um processo de "desdiferenciação" ou "despecialização" da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modernização do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. Vários fatores vêm contribuindo para impulsionar essa nova tendência no mundo rural dos países desenvolvidos: "entre os quais se deve destacar a crescente semelhança das formas de organização e contratação de trabalho na indústria com aquelas secularmente existentes na agricultura (flexibilidade de turnos e da jornada, contratação por tarefa e/ou por tempos determinados etc.); a volta da indústria para os campos, a melhoria nos sistemas de comunicação e transporte e o aparecimento de novas formas de trabalho a domicílio."<sup>139</sup>

Assim, a permanência e a reprodução social do camponês moderno não nada têm a ver com ele próprio, com sua consciência de classe camponesa. É a lógica do capitalismo mundializado emergente na reestruturação produtiva que o redefine, que não permite que ele seja ele mesmo. Por isso, para Mingione, Pugliese e José Graziano da Silva, ele parece mais um mecânico do que um camponês:

Como também assinalam Mingione e Pugliese, a pluralidade na maioria das vezes se associa a um outro fator complexo, que é a combinação, cada vez mais freqüente, numa mesma pessoa, do estatuto de empregado com o de conta própria. O resultado dessa associação é o aparecimento de tipos que, tanto do ponto de vista social como do profissional, são difíceis de classificar. É citin o exemplo do algarado de máquinas que trabalha com seu próprio tractor em várias explorações agrícolas e que muitas vezes recebe um salário diário em função das horas trabalhadas. Além disso tudo, concluem, "assemelha-se mais a um mecânico do que a um camponês, do mesmo modo que hoje em dia o agricultor tende a preocupar-se mais com questões comerciais do que com o crescimento das culturas em si". (grifos meus)<sup>140</sup>

Dessa forma, os autores têm de negar a evidência histórica da existência do camponês. Têm de transformar os camponeses em um nada social, ou melhor, em um quase "mecânico", um quase operário para o capital". Por isso, agora é preciso buscar no conceito de pluralidade a base de sustentação empírica da tese. Mas, como o mundo real é contraditório, diferente, cheio de mistérios, é preciso provar com números a sustentação da tese:

Nos países subdesenvolvidos, também já se pode observar com clareza o fenômeno dos *part-time*, embora sem a mesma magnitude que assume nos países desenvolvidos. É evidente que há diferenças substanciais, ainda que se possa observar, em graus diferentes de im-

portância relativa conforme as diferentes regiões do país, os mesmos fenômenos apontados anteriormente: o "desmonte" e a especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, o crescimento do emprego rural não-agrícola e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural. (grifo meu)<sup>141</sup>

Por isso, a necessidade de busca incansável não do mundo real, aquele em que os camponeses estão em luta cotidiana pela sua existência rural e pela sua reprodução, mas do mundo das estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Os dados indicados pelos levantamentos estatísticos do IBGE é que estariam indicando o que haveria de novo no mundo rural. Portanto, é necessário desvendarmos esses dados utilizados, a própria metodologia da PNAD, para entender que o que José Graziano da Silva encontrou de novo no mundo rural não passa de um equívoco da amostragem estatística da PNAD. Quer dizer, os números são aqueles mesmos, porém, foram contados como rurais os dados que, no mundo dos mortais, são urbanos.

Dessa forma, a plurivariabilidade estaria agora na agenda do dia e, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Esse intelectual afirma, com apoio de parte da mídia brasileira, que o campo se urbanizou e não há mais sentido falar-se em rural. A onda agora é o "novo rural brasileiro", que o "Projeto Rurinhano" desenvolveu cientificamente. Estamos, pois, diante de um processo que substitui o campo do Brasil real pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD que o IBGE levanta.

### 6.2. A METODOLOGIA DA PNAD E DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE

Nas "Notas técnicas" das publicações da PNAD do IBGE se encontram registrados todos os procedimentos e conceitos que foram utilizados para sua elaboração, seu contexto histórico e seus limites. A pesquisa é realizada com a população residente nas unidades domiciliares, sejam elas de quaisquer tipos que forem. Quanto à situação do domicílio, que é o que interessa para os estudos de José Graziano da Silva, pode ser urbana ou rural:

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo demográfico de 2000. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Esse critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural.<sup>142</sup>

Ou seja, o IBGE tomou como referência a situação do domicílio no Censo demográfico de 2000, isto é, de acordo com as legislações municipais

que regem a definição legal do que é urbano e do que é rural. Da mesma forma, as PNADs da década de 90 levaram em consideração a base legal vigente no Censo demográfico de 1991:

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Esse critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural.<sup>143</sup>

É evidente que, se tomarmos as PNADs da década de 80, elas se reportaram à situação dos domicílios no Censo demográfico de 1980. Assim, a base de dados dos domicílios está sempre no censo demográfico que antecedeu a pesquisa. O Censo demográfico de 2000 definiu assim a questão referente à situação dos domicílios:

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 14 de agosto de 2000. Em situações urbanas consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é utilizado na classificação da população urbana e rural.<sup>144</sup>

Ou seja, está explicitamente indicado que foram contados como rurais os domicílios e, logicamente, a população da zona rural propriamente dita, "ir-chivete os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos". Portanto, os denominados aglomerados rurais de extensão urbana vão se constituir no viés que tornará rural o que é de fato, no mundo real, urbano. O IBGE sempre explicou esta realidade que gera tal distorção nos dados estatísticos:

AGLOMERADO RURAL DE EXTENSÃO URBANA – Localidade que tem as características definidoras de aglomerado rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila ou de um aglomerado rural já definido como de extensão urbana, possuindo contiguidade em relação aos mesmos. Constitui simples extensão da área efetivamente urbanizada com lotamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais, ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.<sup>145</sup>

Portanto, vem sendo computada conscientemente como rural uma parcela expressiva da população que é, em verdade, urbana, ou seja, "ex-

tenção da área efetivamente urbanizada com lotamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais, ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços".<sup>146</sup>

O mesmo fato está explicitado na conceituação de núcleo de aglomerado rural isolado:

AGLOMERADO RURAL ISOLADO - NÚCLEO - Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e que está vinculada a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, industriais, usinas etc.), ou seja, que possui caráter privado ou empresarial.

Dessa forma, estão contados como domicílios e populações rurais todos/as que estiverem como aglomerado rural de extensão urbana, ou isolados como povoado, núcleo ou outros aglomerados. Apenas o estudo a partir dos setores censitários permite fazer a sua desagregação e sua análise e interpretação separada daquela da chamada zona rural propriamente dita. Cabe ainda ressaltar que nessas múltiplas situações que são urbanas no próprio rural estão as bases militares, quartéis, penitenciárias, colônias penais, presídios, asilos, orfanatos, conventos, hospitais etc.

É por isso que qualquer estudioso que vá analisar os dados sobre a população rural do Brasil fica literalmente assustado quando verifica que o município que tem a maior população rural do Brasil é São Paulo, com 621.065 habitantes.<sup>147</sup> Quem conhece o município de São Paulo sabe de antemão que esse dado não corresponde à realidade dos fatos. É por isso, também, que qualquer um que analisa os dados sobre a população rural elevada são cidades médias parte dos municípios que possuem população rural do Brasil verifica que grande parte estão em regiões metropolitanas. É também por isso que a população rural do Estado de São Paulo aumentou em termos absolutos em 2000. E, ainda, que a população rural do Brasil, segundo o IBGE, se apresenta concentrada próxima às regiões metropolitanas e às cidades médias do país.<sup>148</sup>

Inclusive, é preciso também deixar registrado que o IBGE nunca negou essas questões, ao contrário, procurou sempre chamar atenção para elas. É por isso que, na tabela que apresenta a fração da amostragem e a composição da amostra, segundo as unidades da Federação e regiões metropolitanas, há no rodapé uma nota que informa: "A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana".<sup>149</sup>

Assim, é preciso ponderar que a amostragem das estatísticas da PNAD está contaminada pela presença de grande número de amostras que caíram no urbano "clandestino" computado como rural. Portanto, não são só as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas há de fato, em todas as partes deste país continente, o modo de vida urbano dominando sim, mas não necessariamente a cidade e o campo. É possível que tenha falhado a necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados. Aliás, é possível que a ausência de estudos sobre a realidade e a geografia do Brasil

nas pesquisas de José Graziano da Silva o tenha levado a retirar interpretações das estatísticas que apenas visaram "provar sua tese" já admitida a priori como verdadeira.

### 6.3. - O URBANO QUE PARA JOSÉ ELI DA VEIGA É RURAL

Há também, entre os intelectuais, um que trava uma falsa briga com as estatísticas do IBGE, trata-se de José Eli da Veiga. No Livro este Instituto toma como base para seus levantamentos estatísticos o perímetro urbano definido por lei em cada município do país, o critério adotado desde os tempos getulistas, "escondida" um Brasil majoritariamente rural, pois a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Para ele, portanto, a maior parte da população levantada como urbana pelo IBGE é, ao mesmo tempo, nessa parte da população virtual teoria, uma população rural.

Esse autor tem influenciado trabalhos na Geografia Agrária, em uma clara tendência acrílica, pois os geógrafos que o seguem certamente se esqueceram do debate que a Geografia Urbana tem travado nas três últimas décadas. Aliás, é importante resaltar que o trabalho de Veiga tinha como objetivo fundante encontrar um "caminho teórico" que pudesse fundamentar os planos de governo de FHC, quando ocupava cargo no Ministério de Desenvolvimento Agrário. Ou seja, a decisão política a priori invadindo o universo da pesquisa. Dessa forma, o a priori se impôs de forma decisiva. Por outro lado, junto-se a esse procedimento a ausência de pesquisa na literatura acadêmica sobre o tema.

Ana Fani A. Carlos, na revista *Geosp* nº 13, também criticou esse caminho seguido por Veiga, lembrando que:

A idéia de estabelecimento de diálogo com o professor José Eli da Veiga traz uma primeira dificuldade: o conjunto de artigos não apresenta uma reflexão aprofundada baseada em argumentos sólidos, e uma pesquisa capaz de construir um referencial à altura do desafio lançado pelo título do livro. Um outro problema que enfrentamos é que o autor vai enunciando opiniões muitas delas apoiadas em estatísticas dos países centrais para explicar "nosso desenvolvimento". Porém, não devemos tecer, inicialmente, uma primeira observação referente ao método, e nessa perspectiva a preocupação que atravessa o livro é a idéia da produção de um conhecimento aplicado, em muitos momentos banalizado pela idéia de ecossistema, como modelo de integridade do mundo; um modelo fechado, ao apontar para uma ordem estabelecida e na medida em que traz como consequência a busca para sua manutenção. Essa análise envolve riscos de simplificação da realidade, pois a sistematização, ao evitar o diferente, desemboca necessariamente na busca de uma harmonia que ignora as contradições profundas sob as quais se deve analisar as atuais relações cidade/campo no Brasil. Como decorrência, a análise desemboca no óbvio: a busca

do "desenvolvimento sustentável" como caminho único possível de resolver os desequilíbrios. Aqui, a busca do equilíbrio, harmonia e coerência confunde, inexoravelmente, desenvolvimento com crescimento.<sup>151</sup>

Portanto, o caminho percorrido por José Eli da Veiga não se susenta nem do ponto de vista teórico, nem do histórico. E óbvio a qualquer estudioso da questão urbana que o Brasil está definitivamente urbanizado. Isso não quer dizer que desapareceram as diferenças entre o urbano e o rural, ao contrário, elas tornaram-se mais complexas, como já indiquei.<sup>152</sup> Ana Fani, de forma arguta, busca nas contradições que o livro de Veiga apresenta a verdadeira conexão existente em sua concepção sobre cidade e urbano, cidade e campo:

A segunda observação refere-se ao fato de que os argumentos desenvolvidos nos artigos do livro caminham na direção oposta ao que o autor quer provar. Veiga, ao mesmo tempo em que assinala o fato de que o Brasil é menos urbano do que se calcula, reconhece que há, hoje, uma profunda transformação nas relações cidade/campo, mas não enfrenta a necessidade de desvendamento do conteúdo e sentido dessas transformações.

*O que o autor parece ignorar é que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais nelas contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de pluralidades. Portanto, há na conclusão do autor uma inversão: no Brasil, a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um "outro modo", reddefinindo a antiga contradição cidade/campo: este é, a meu ver, o desafio da análise. Significa dizer que o processo atual de urbanização não se mede por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria "urbano ou rural", como faz o autor. Significa que nossas análises devem ultrapassar os dados estatísticos (que, por sinal, são poucos no livro). Por outro lado, a análise do fenômeno deve superar a visão institucional – como os decretos que definem regiões metropolitanas, a delimitação das áreas urbanas municipais feitas pelas prefeituras com o intuito de aumentar a arrecadação do IPTU etc., como faz Veiga. (grifo meu)<sup>153</sup>*

A tese central do livro de Veiga está fundamentada em evidentes equívocos. Em primeiro lugar, fica flagrante o desconhecimento do autor sobre o debate da Geografia Urbana brasileira nos últimos trinta anos, particularmente aquele relativo ao conceito de cidade. Ana Fani, de forma clara, resume esse procedimento equívocado de Veiga:

No primeiro artigo, uma grande surpresa, para nós, geógrafos, o au-

tor deriva seu raciocínio sobre o cálculo do número de cidades no Brasil a partir de uma definição político-administrativa (descartada há décadas pela Geografia Urbana), segundo a qual a cidade, no Brasil, é definida como sede de município. Deriva dessa assertiva a constatação de que existiriam no Brasil 5.507 sedes municipais em 2000, todas com estatuto legal de cidade – o que, a meu ver, não diz nada sobre o seu conteúdo. Mas desse dado revela que 455 seriam "inequivocamente urbanos", sobrando 5.052, dentre as quais seria preciso, para Veiga, distinguir as que "pertencem ao Brasil rural" e as que estariam "no meio de campo" (sic), imagino que entre a cidade e o campo, segundo o critério estabelecido pelo autor.<sup>154</sup>

Em segundo lugar, Veiga estabelece uma relação puramente idealizada referente à densidade demográfica e ao que o autor imagina ser o estágio de desenvolvimento dos diferentes ecossistemas existentes no Brasil. É óbvio que o dado de densidade demográfica, por si só, já pressupõe generalização e abstração, representando, pois, apenas e tão-somente indicativo relativo da distribuição espacial da população e nunca indicador representativo das características do processo de produção do território. Veiga parece desconhecer o Brasil dos brasileiros, fazendo com que o referencial de seu método seja uma suposição do que o Brasil é, ou seja, apenas uma representação sua, pessoal, portanto. Não estamos, pois, diante de um Brasil real, concreto e com história. Ana Fani, mais uma vez, em seu texto sobre o livro de Veiga, mostrou o confuso e desonexo caminho da idealização do mundo real feita pelo autor:

Para apoiar esta classificação, estabelece um critério baseado na densidade demográfica, que estaria no âmago do chamado "índice de pressão antrópica" (definida como o melhor grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios), onde a localização refletiria as modificações do meio natural que resultariam da atividade humana. Nesse raciocínio distingue áreas "mais rurais" em função da "natureza intocada" e "ecossistemas mais alterados" pela ação humana e manchas ocupadas pelas "megápoles", ecossistemas "mais alterados" ou "artificializados". Uma classificação altamente questionável.<sup>155</sup>

Há no livro de Veiga um trecho em que a estatística se torna "a arte de torturar os números até que eles confessem", como gostava de dizer o genial economista José Julião de Carvalho Filho, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA –, da USP, nas reuniões de elaboração do II Plano Nacional da Reforma Agrária do governo Lula no segundo semestre de 2003. Vamos a ele:

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não se deveria considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20

mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que, por si só, já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há muitos municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas doze aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa que juntos excelentes equipes do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – e da Unicamp – Universidade de Campinas: *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil (1999)*. Nessa rede urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no "meio de campo", em situação ambivalente. É, para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica: é ela que estará no âmago do chamado "índice de pressão antrópica", quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megacópias. É por isso que se considera a "pressão antrópica" como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa IBGE/pea/Unicamp, a densidade média é superior a 80 hab/km<sup>2</sup>, por quilômetro quadrado (hab/km<sup>2</sup>), na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km<sup>2</sup>. Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, dessa vez para 10 hab/km<sup>2</sup>. São esses dois "ombos" que permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km<sup>2</sup>, e de mé-

dio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km<sup>2</sup>, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desses dois cortes, conclui-se que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios<sup>157</sup>. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 39% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor – criada no período mais outlandico do Estado Novo pelo decreto-lei 31.138 –, essa tipologia permite entender que só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermediários são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.<sup>158</sup>

Como se pode ver, Veiga parte de um princípio claramente equivocadamente estabelece o exercício aritmético entre fenômenos, processos e sua evidência quantitativa. O chamado perímetro urbano definido pelas câmaras municipais, segundo a lei, na realidade divide a terra vendida a metro quadrado da terra vendida a hectare ou alqueire. Separa, portanto, a renda da terra urbana da renda da terra rural. O urbano como ideologia capitalista hegemônica invadiu todo o rural, porém não o destruiu. Ao contrário, trava com ele relações contraditórias. Ana Fani também foi profun-  
da na crítica a Veiga:

Escreve o autor: "Observando a evolução da densidade demográfica brasileira, enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes a densidade é superior a 80 habitantes por km, entre 75 mil/100 mil a densidade cai para 20 e inferior a 50 mil cai para 10". Desta "profunda observação", o autor conclui que há "dois ombos" que pertencem (a ele, é claro) "considerar de pequeno porte municípios que têm, simultaneamente, menos de 50.000 habitantes e densidade inferior a 80 habitantes/km<sup>2</sup>". Para em seguida escrever que, "com a ajuda desses dois cortes [?], conclui-se que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano 10% dos municípios"<sup>157</sup>. Entre esses dois Brasilis descobre um "interme-nem ao Brasil essencialmente rural" 13% dos habitantes, que vivem em não muito clara, decreta que 3% da população brasileira é rural.

A passagem acima, em primeiro lugar, longe de analisar processos, se prende a números e é com eles que acredita apoiar suas idéias sobre a urbanização brasileira. O problema é que "urbano" e "rural", longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser o urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira no momento atual. Em primeiro lugar, porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tampouco cidade com sede de município. Mas, apesar dessa con-

fusão conceitual, e da evidente simplificação que seu raciocínio contempla, o autor escreve que é necessário "romper com a precariedade que domina a visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil, donde se colaria a necessidade de renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização"<sup>158</sup>. Daqui se depreende que, primeiro, o autor confunde pensamento oficial com a produção do conhecimento fora do Estado<sup>159</sup>, segundo, é ingênuo acreditar que as políticas públicas produzidas pelo Estado se orientam pelos dados elaborados pelo IBGE, pois a racionalidade do Estado é outra.<sup>160</sup>

Quanto ao trabalho *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* (1999), elaborado por técnicos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – e da Unicamp – Universidade de Campinas –, citado e referenciado por Veiga, cabe afirmar que ele será objeto de análise de outro texto.

Voltando ao livro de Veiga, é conveniente ressaltar que a sua visão sobre o Estado e suas relações com o processo de produção capitalista própria do urbano são também equivocadas. Ana Fani constrói uma crítica incisiva ao trabalho de Veiga a esse respeito:

O que o autor ignora é que estamos diante da produção do espaço pela sociedade e sob a égide do Estado essa produção ganha um caráter estratégico. O Estado regulador impõe as relações de produção enquanto dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade. A busca de coesão/coerência e equilíbrio baseada na eficácia do que chama "desenvolvimento sustentável" é pura ideologia, pois elimina conflitos e contradições. É assim a crítica ao Estado se reduz ao problema da definição administrativa da cidade e não à sua capacidade produtiva que se entende por todo o espaço. É ingênuo acreditar que, mexendo nas estatísticas, redirecionam-se as políticas que vão criar a possibilidade do crescimento; isso porque o espaço é o lugar da planificação de uma lógica de crescimento sob a égide do Estado.

A questão a partir da produção do espaço é como se ampliam e aprofundam, no mundo moderno, as contradições decorrentes da reprodução da sociedade num momento de generalização da urbanização anunciada pelo desenvolvimento da cidade, isto é, com sua "explosão". Assim se revelaria um debate profícuo aquele das relações entre o Estado e o espaço através, por exemplo, das políticas públicas.

A idéia de "pressão antrópica" sobre a natureza e artificialização dos ecossistemas nada revela do que se constrói enquanto cidade e campo como produto de ações de uma sociedade real. A limitação do papel da sociedade a uma indefinida "ação antrópica" reduz o espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, revelando um processo de "naturalização da sociedade".

Na realidade, as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e, nesse sentido, a análise do espaço revela um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade. Não podemos ignorar que o trabalho é criador de formas – esse processo está na origem da produção da cidade e do campo. A idéia de ecossistema naturaliza, portanto, um fenômeno, que em essência é social. A sociedade não artificializa a natureza, ele produz "um mundo" à sua imagem e semelhança: desigual e contraditório. Essa direção analítica traz implicações sérias, por exemplo, na afirmação de que o "Brasil rural" enquanto tal precisaria de uma estratégia de desenvolvimento<sup>161</sup> separado daquilo que se denomina Brasil urbano. Depois de décadas, Veiga parece querer atualizar a análise "sobre os dois Brasis"<sup>162</sup>.

Há também no livro de Veiga enganos referentes à sua compreensão sobre as relações cidade e campo e mesmo sobre base histórica da sociedade urbana. Ana Fani aponta essas questões como problemáticas na visão de Veiga:

Outra observação refere-se ao fato de que a mera adjectivação da realidade fenomênica "áreas indiscritivelmente urbanas" ou "essencialmente rurais" não responde à necessidade de entendimento da realidade. Qual o papel da "delimitação das áreas" (urbana e rural) para o entendimento da sociedade brasileira? Como sustentar que é possível pensar urbano e rural como mundos à parte, como pretensão de o autor? É possível pensar a realidade brasileira pela dicotomia cidade-campo, cada um com conteúdos e sentidos diferentes? Ora, a separação estrita entre cidade e campo está superada enquanto idéia substantiva para entender o mundo moderno, a vasta bibliografia sobre o tema parece ser ignorada pelo autor. Tendo a achar que, no próprio livro, esse raciocínio se supera, escancarado pela realidade, sem que o autor se dê conta: o que entra em contradição com as idéias expostas nos capítulos iniciais.

O autor questiona, com razão, o fato de que muitos prefeitos decretam como perímetro urbano áreas que envolvem pastagens e plantações; que os trabalhadores rurais moram nas cidades e trabalham no campo e que a condição de moradia define seus direitos. E que é assim que, de um dia para outro, uma vila vira uma cidade (aqui, com uma certa dose de exagero). Mas há um sentido nessa situação real exposta pelo autor, que indica claramente que estão superadas as análises que dicotonomizam cidade/campo, apontando para sua superação – o que não pode ser negligenciado. Assim, ao pretender delimitar, exatamente, o que é rural e o que é urbano, sua pretensa análise impede o desenvolvimento das transformações presentes na "antiga contradição cidade-campo".

Ao longo da história das relações cidade-campo há transformações inequívocas, muitas delas apontadas, pelo autor, sem análise; o problema, portanto, que se coloca é quanto ao entendimento dessas transformações. O mundo movimenta-se no sentido de sua realização; o

capitalismo concretiza-se, estendendo-se, realizando-se, hoje, enquanto mundial e assim redefinindo o plano do lugar. O que isso significa? Em primeiro lugar, que o mundial em construção se impõe no plano do lugar (cidade ou campo), transformando a vida, realizando-se com separações, contradições, afrontamentos. A nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial articulado, mas profundamente hierarquizado, que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele se articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. As atividades voltadas ao turismo no campo, apontadas pelo autor, por exemplo, encaminham nessa direção, o que não quer dizer que vivemos em todos os lugares a sociedade urbana – mas esse é o caminho que toma o processo de reprodução hoje, constituindo novos ramos de atividade (como o turismo), novas relações entre áreas, novos contornos para as relações sociais, profundamente articuladas à expansão do mundo da mercadoria.

*Mas, contraditoriamente, há o que persistir: a propriedade privada da terra (sólo urbano) ou da terra (no campo) que delimita, orienta e condiciona a vida privada, produzindo o espaço da segregação. O espaço torna-se mercadoria pela generalização do processo produtivo geral numa nova articulação. A contradição cidade/campo se desenvolve propondo uma nova contradição: centro-periferia. Já a reorganização do processo produtivo aponta novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade e movimentos sociais no campo e na cidade, articulados, pois a existência da propriedade marca e delimita as possibilidades de apropriação no campo e na cidade e estabelece lutas conjuntas.*

Nessa direção, o urbano e o rural aparecem num movimento da reprodução saído da história da industrialização. Não se pode ignorar que a industrialização permitiu o desenvolvimento do mundo da mercadoria; nessa direção, a generalização do valor de troca invadida a vida cotidiana, capturando o tempo cíclico da vida e submetendo-o ao tempo linear da indústria; articulou as mais distantes áreas do planeta, desenvolvendo a rede de comunicação e difundindo a informação, com a evidente hierarquização dos lugares no espaço entre dominantes e dominados. No espaço permitiu a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da mercadoria-espaço. Criou um processo inexistente: a urbanização do planeta; mas o problema que se coloca não é o número de cidades que o IBGE contabiliza, o número de pessoas que vivem num ou noutro lugar, mas o modo como essa sociedade (urbana) como horizonte pode ser entendida. (grifo meu)<sup>15</sup>

Assim, a realidade brasileira entra no estudo de Veiga apenas pelos números do IBGE, e o pesquisador passa a procurar explicações para suas

evidências, em uma clara inversão do procedimento científico, em que realidade e teoria deveriam dialogar entre si. Ana Fani também chama atenção para tal:

E o que o livro mostra é que essa realidade se constitui revelando profundas contradições em função da desigualdade com que o processo se produz, o que coloca para o pesquisador questões complexas, como, por exemplo: como se articula, hoje, a contradição cidade/campo. Estaria o mundo rural desaparecendo, engolido pelo desenvolvimento das cidades? Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? É possível pensar na existência, ainda hoje, de "dois Brasis"?

O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações dos lugares que vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições entre o centro e a periferia e não entre o campo e a cidade. Essas articulações sinalizam uma tendência da sociedade urbana que resulta da urbanização quase que completa da sociedade. Nasce da industrialização, essa sociedade pode ser concebida – a sociedade urbana – a partir de uma transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida. Porque a urbanização generalizada tem como devir a sociedade urbana como horizonte.

A sociedade urbana tende a generalizar-se pelo processo de mundialização, o que significa que a mundialização dá um novo sentido à produção *lato sensu* e significa também que um novo espaço tende a se criar na escala mundial. O aprofundamento da divisão social e espacial pelo trabalho busca uma nova racionalidade, uma lógica subjacente pelo emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político, que tende a homogeneizar o espaço através do controle, da vigilância, derrubando fronteiras administrativas, colocando em cheque os limites definidos entre espaços, subjugando formas culturais, transformando valores e comportamentos na medida em que todas as pessoas entram ou têm possibilidade de entrar em contato com o mundo todo – uma vez que todos os pontos do planeta estão virtualmente ligados.

Esse processo produz profundas mudanças, criando uma nova realidade que escapa ao local (e mesmo ao nacional), apontando para o mundo como horizonte e tendência, pois o processo não diz mais respeito a um lugar ou a uma nação somente, estas tendem a explodir em realidades supranacionais, apoiadas nos grandes desenvolvimentos científicos, basicamente o desenvolvimento e a transmissão da informação e no esmagador crescimento da mídia, com seu papel, na imposição e no esmagador crescimento da sociedade de consumo. Assim, o estágio atual da constituição da sociedade de consumo. Assim, o estágio atual da urbanização coloca problemas novos, produzidos em função das variações em matéria de comunicação, de deslocamentos os mais variados e complexos, criando ou acentuando uma hierarquia desigual de lugares onde a união desses pontos dá-se através de nós de articulação que redefinem as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam espaços numa realidade



complexa e contraditória. A análise do mundo moderno impõe a todos o conhecimento do espaço enquanto noção e enquanto realidade, pois cria hoje as condições através das quais a reprodução da sociedade se realiza. Assim, cidade e campo, como momentos reais do movimento de realização da sociedade, revelam os conteúdos da vida. Cidade e campo como momentos da reprodução da sociedade saída da história da industrialização.

No campo brasileiro, como aponta Oliveira<sup>64</sup>, o desenvolvimento avança, reproduzindo relações especificamente capitalistas, com a expansão das culturas de produtos agrícolas para exportação, mas o processo de desenvolvimento da economia na escala global, nas relações de produção não capitalistas como uma das características fundamentais da estrutura agrária brasileira, produzindo, contraditoriamente, o aumento do trabalho familiar no campo, e não significou, por exemplo, a extinção do trabalho escravo.

Na realidade, cidade e campo sinizam o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão socioespacial do trabalho, revelando a racionalidade imposta pela globalização do capital, reproduzindo na escala internacional a hierarquização de espaços dominados/dominantes. Nesse raciocínio, como ignorar que a metrópole de São Paulo é o *locus* da acumulação do capital, centro do conhecimento, de decisões, da riqueza e da informação da planificação e capaz de articular quase toda a produção agrícola brasileira, engendrando, logicamente, a partir da articulação dos espaços dominados/dominantes, reproduzindo-se internamente o mesmo sentido da articulação no plano internacional, colocando acerto às relações centro/periferia, não mais cidade/campo, revelando o conflito entre o global/local.

A partir da centralidade da metrópole hierarquizam-se os espaços diferenciados enquanto espaços controlados. Onde o Estado transforma as condições do território nacional, criando as bases para o desenvolvimento do capital, controlando fluxos.

Assim, a questão que reverte importância, na realidade, é qual o conteúdo do processo de urbanização, hoje, e quais as estratégias que apóiam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo – nos planos econômicos, políticos e sociais. Assim, se de um lado a gestão da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, apoiados fortemente na mídia e pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares), num espaço-tempo diferenciado e desigual, de outro aponta que a realidade produzida é *profundamente desigual*, revelando a dialética do mundo (grifo meu)<sup>65</sup>

Outra discussão complicada no livro de Veiga é o uso do conceito de território. Para ele, "o território é crucial para o desenvolvimento"<sup>66</sup>, ou

seja, o território foi guiado à sua condição geopolítica, qual seja, de instrumento das políticas de um determinado Estado e governo. Mas, como nas demais questões que envolvem o urbano e rural, Veiga ignora o debate teórico que os geógrafos sempre fizeram sobre essa questão. Sua ignorância com relação ao debate é tal, que ele continua seu livro calcado no "achismo" muito em voga na universidade atual. É como se ele estivesse "descobrimo" tudo agora". E como se não houvesse história na ciência. De novo estamos diante de um conjunto de *a priori* que determina, do ponto de vista do método, todo o procedimento investigativo. Assim ele expõe sua análise do que seja território e desenvolvimento territorial:

A complicada problemática do desenvolvimento territorial exige que sejam abordados separadamente seus três temas centrais: a recomposição dos territórios, os sistemas produtivos locais e o meio ambiente. Na prática, é impossível tratar cada um desses três eixos sem que sejam feitas muitas referências aos outros dois. Mas é esse esforço de separá-los que ajuda a explicitar o que se entende por desenvolvimento territorial. Grande parte das nações adotou há muito tempo suas atuais estruturas territoriais. Em muitos casos, seu surgimento foi anterior à própria industrialização. São anacrônicas as instituições que até hoje regulam os poderes locais, bem como as estruturas que fazem a intermediação com os Estados centrais. Os critérios político-administrativos que mais influenciaram a formação dos vários tipos de divisão territorial existentes não resultaram das reais necessidades do crescimento econômico moderno e muito menos daquilo que hoje tende a ser considerado um processo de desenvolvimento sustentável. Nada mais previsível, portanto, do que um paulatino movimento de adaptação às novas necessidades tal inadequação, seguido de tentativas de adaptação às novas necessidades do desenvolvimento dessas hierarquias territoriais herdadas de um período em que as atividades primárias ainda dominavam o sistema econômico. Em poucas palavras, são raros os países que não sentem hoje a necessidade de modernizar seus esquemas de enquadramento territorial da ação pública.

Nesse contexto, as relações entre os espaços mais urbanizados e os espaços em que os ecossistemas permanecem menos artificializados – isto é, as relações urbano/rurais – não mais correspondem à antiquada dicotomia entre a cidade e o campo (ou entre "as cidades e as serras", como preferiu Eça de Queirós). Durante o século XX, o processo de desenvolvimento tornou simplista essa dicotomia, substituindo-a por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as aglomerações e as microrregiões. Duas categorias que se misturam no caso das regiões metropolitanas, mas que podem ter relações bem diferentes nos outros casos. As microrregiões que envolvem uma aglomeração não-metropolitana também tendem a ser essencialmente urbanas. Mas as microrregiões que só abrigam centros urbanos e/ou vilas "rurianas" podem ser relativamente rurais, ou mesmo essencialmente

rurais, quando predominam ecossistemas dos menos artificializados.

A expressão "recomposição dos territórios" expressa, portanto, essa necessidade de novas formas institucionais de concertação, coordenação, gestão, ou simplesmente "governança", das aglomerações e das microrregiões. Nos dois casos, essas novas formas institucionais devem superar as antigas estruturas de poder local, promovendo a articulação das unidades político administrativas preexistentes. Um desafio que em muitos países tem sido chamado de cooperação intercomunitária, ou simplesmente "intercomunalidade". No Brasil, isso corresponde à promoção de articulações intermunicipais-microrregionais, como os diversos tipos de pactos, associações e consórcios espalhados por todo o país.<sup>167</sup>

Dessa forma, para Veiga, o território é apenas receptáculo das ações do Estado, e não produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência, sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra, como já indiquei em outra parte deste texto, quando discuro o conceito de território. Como se pode verificar, o livro de Veiga está repleto de usos de conceitos que o autor não discute, e às vezes mesmo ignora ou desconhece.

Assim, o Brasil rural virou urbano para José Graziano da Silva ou, então, o Brasil urbano virou rural para José Ely da Veiga. Certamente, nem mesmo os mais dialéticos dos filósofos imaginaria tamanha "dialética do virtual". Para esses intelectuais, que no *campus* universitário procuram entender o campo, as estatísticas servem *a priori* para justificar e fundamentar concepções teóricas contraditórias. É muito provável que nenhum dos dois autores tenha razão, por isso é preciso estudá-los profundamente, e não simplesmente adotá-los como modismo na Geografia Agrária. Ao menos em uma coisa ambos acertaram, é preciso discutir a relação cidade/campo no mundo moderno.

## 7. A UNIDADE (CONTRADITÓRIA) CIDADE/CAMPO

Outros intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar a luta travada pelos movimentos sociais. Vão procuraram do interpretar a barbárie que os dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT registram, por exemplo. Para esses, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado está o agronegócio e sua roupageim da moeda mesma. De outro está o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos retransmite o recado vindo do campo: nem a violência registra os conflitos, nem a repressão social democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais, como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não vêem essa realidade são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para "entrarem na terra", para se transformarem em camponeses.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garante o futuro a utopia currida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recriam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Mas as elites, ao contrário, como têm de garantir a propriedade da terra, vêm na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra.

Assim, a lei vai sendo invocada por ambos: uns, para manter, outros, para questionar seu cumprimento. O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um só lado, o reivindicado pelas classes dominantes. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, ela não é passível do reconhecimento de posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Muitos magistrados apenas vêem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista, ilegal pela Constituição. Porém, via de regra, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injusta. Aqueles que assessoram ou mandam assessorar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante estão sendo condenados, estão presos. Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça.

A luta pela terra e a própria reforma agrária vão para o banco dos réus. Os camponeses são processados e condenados. Instaura-se, em nome do rigor do cumprimento da lei, a velha alternativa de tornar os presos políticos em réus comuns. Aliás, de há muito neste país, história e farsa, farsa e história se confundem aos olhos dos mortais. Por isso, camponeses e trabalhadores rurais têm sido presos por lutar para ter seu pedaço de chão, ou para fugir das formas degradantes de trabalho.

É assim que a injustiça da Justiça, em pleno século XXI, vai decifrando e interpretando as avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno. Um campesinato - currido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história e opor-se às elites - defronta-se a um debate contraditório. Paradoxalmente, é combatido por grande parte da mídia, e (o que tem sido mais cruel) não é reconhecido por muitos intelectuais, cujo salário é pago com dinheiro dos trabalhadores, para pensar estratégias contra os mesmos. Dessa forma, parece que a brutalidade violenta os homens do campo revela duas faces. Uma delas é a realidade violenta e assassina das lutas pela terra, onde os latifundiários, com seus jagunços, massacraram camponeses. A outra é composta pelos intelectuais que "chacaram" em seus discursos, os camponeses que lutam pelo direito de possuir um pedaço de chão deste país continente. E por isso que as lutas rurais são

cada vez mais urbanas. É por isso também que as relações cidade/campo precisam ser decifradas. Um caminho é a compreensão da relação contradição entre ambas.

É assim que esse processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a dialética entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo solidada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Por outro lado, pode-se verificar que os trabalhadores das cidades. A reflexão agrícola pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Assim, tudo indicando que ele mesmo está fundindo a união contraditória que separou no início de sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo. Mas não são só os assalariados do campo que lutam na cidade e por melhores salários, são também os camponeses que lutam na cidade, procurando obter um preço melhor para seus produtos ou, ainda, para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas, de modo a poder ter condições para continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra. A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão dos grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo. Basta lembrar o que está ocorrendo em Promissão e no Pontal, no interior paulista.

No caso brasileiro, esse processo histórico, ao mesmo tempo em que aprofunda a luta pela reforma agrária no campo (o aumento da violência é uma evidência desse processo), transfere paulatina mas decididamente essa luta (pela reforma agrária) para as cidades. Até mesmo os latifundiários/grileiros da UDR - União Democrática Ruralista - atuam ao mesmo tempo no campo, fazendo aumentar a violência, mas também atuam decididamente nas cidades, fazendo seu *marketing* político e suas manifestações (leilões de gado, passetas etc.). Aliás, essa violência tem ceifado, no campo e na cidade, a vida de trabalhadores do campo ou de suas lideranças sindicais, políticas, religiosas etc. nas cidades.

Dessa forma, cidade e campo vão se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtores agrícolas, e particularmente pela reforma agrária. É, pois, contraditoriamente, nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária.

(São Paulo, nexa primeira primavera do governo Lula.)

- 1 Almir Salter e Renato Teixeira, "Tocando em Frente".
- 2 Entre outros, cf. OLIVEIRA A. U. "A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro", in: CARLOS Ana Fani Alessandrini Longi, *Novos caminhos de Geografia*, São Paulo: Contraste, 1991, p. 63 a 110.
- 3 Idem.
- 4 ANDRADE, Manuel Correa, *Geografia: ciência da sociedade*, São Paulo: Atlas, 1987, p. 56.
- 5 RECLUS, Elisee, *La Geografia et le Service de la Vie*, antologia, Ed. por Colectivo de Geógrafos, Barcelona, Ed. 7 172, 1980.
- 6 KRPOVITIK, Piotr Duques, Paris: Maspéro, 1976, (Petite Collection)
- 7 CAPELL, Horácio, *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*, Barcelona, 1981.
- 8 MORAES, Antonio Carlos R., *Geografia: pequena história crítica*, São Paulo: Hucitec, 1981.
- 9 MÜLLER, Ray, *Geografia*, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- 10 LOWY, Michael, *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, 5. ed., São Paulo: Bozaca Vida, 1991.
- 11 COMTE, Auguste, "Curso de filosofia positiva", in: \_\_\_\_\_ Auguste Comte, *São Paulo: Abril Cultural, 1978*, [os Pensadores].
- 12 Lowy, op. cit., p. 17.
- 13 ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS, "Renovação da Geografia Agrária no Brasil", in: *SIMPÓSIO A RENOVACAO DA GEOGRAFIA*, Rio de Janeiro: AGB/SBPC, 1973.
- 14 FILIZOLA, Diniz, José Alexandre, *Geografia da agricultura*, São Paulo: Difel, 1984.
- 15 DILTHEY, Wilhelm, "Introducción a las Ciencias del Espíritu", México-D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1949, e "Teoría de la concepción del mundo", México-D.F.: Pannco 63, 1974.
- 16 Lowy, op. cit., p. 63-64 [grifos no original].
- 17 *Ibid.*, p. 139.
- 18 VALVERDE, Orlando, *Geografia Agrária do Brasil*, Rio de Janeiro: INEP-MEC-CBPE, 1964, p. 5.
- 19 GEORGE, P. el alii, *Geografia viva*, São Paulo: DUE/USP, 1966.
- 20 LACOSTE, Yves, *Unité & Diversité du Tier Monde*, Paris: Maspéro, 1980.
- 21 GUGLIEMO, Raymond, "Geografia e dialética", in: DRESCH, J. Longi, *Relações sobre a Geografia*, São Paulo: AGB-SP, 1980.
- 22 KAYSER, Bernard, "O geógrafo e a pesquisa de campo", *Seleção de Textos*, São Paulo: AGB-SP, n. 11, 1985.
- 23 DRESCH, Jean, "Reflexões sobre a Geografia", in: DRESCH Longi, op. cit.
- 24 TRICART, Jean, "O campo na dialética da Geografia", in: DRESCH Longi, op. cit.
- 25 OLIVEIRA, Amador Umbelino, "O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão", in: MORAES, Antonio Carlos R., *Geografia: teoria e crítica: o sabor prático em questão*, Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.
- 26 VALVERDE, Orlando, *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1985.
- 27 ANDRADE, Manuel Correa, *A terra e o homem no nordeste*, São Paulo: Brasiliense, 1964.
- 28 PETRONI, Pasquale, *A Baixada da Ribeira*, São Paulo: FFLC-USP, 1966, *Boletim*, vol. 2831.
- 29 GOLDBENSTEIN, Lea, *A industrialização da Baixada Santista*, São Paulo: IG-USP, 1972, *Série Teses e Monografias-418*, n. 71.
- 30 SEABRA, Mansel, *Vargem Grande: organização e transformação de um setor do Cinturão-verde Paulista*, São Paulo: IG-USP, 1971, *Série Teses e Monografias-16*, n. 41, e *As cooperativas mistas do Estado de São Paulo*, São Paulo: IG-USP, 1977, *Série Teses e Monografias-16*, n. 301.
- 31 MARX, Karl, "Introdução para a crítica da Economia Política", in: \_\_\_\_\_ Karl Marx, *São Paulo: Abril Cultural, 1974*, p. 135-6, [Os Pensadores].
- 32 MARX, Karl, *O capital*, livro I, vol. 1, tomo I, São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 20, [Os Economistas, vol. 11].
- 33 Teia da leiema em outros trabalhos, como: OLIVEIRA, Amador Umbelino, *Modo capitalista de produção e agricultura*, São Paulo: Atica, 1986, [CCL-Princípios, 68].
- 34 DOBR, Maurice, *A evolução do capitalismo*, 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- 35 SOUPE, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil*, Rio de Janeiro: Difel, 1972, *Col. História da América*.
- 36 GUIMARÃES, Alberto Passos, *Quatro setores da indústria brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- 37 RANGEL, Inácio, *Dualidade básica na economia brasileira*, Rio de Janeiro: SEB, 1957, e "A história de dualidade brasileira", *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, out.-dez., 1981.
- 38 Valverde, *Estudos de Geografia Agrária...*, op. cit.
- 39 BENTTES, Miguel Gimenez, *Brasil Central: pecuária, mineração e conflitos*, São Paulo, 1976, *Tese*, [Doutorado em Geografia Humana] - Departamento de Geografia, FFLC, USP.
- 40 TEIXEIRA, Maria do Serapião, *Adversidade e diversidade dos produtores de leite de pecuaristas-mecanizantes*, São Paulo, 1983, *Dissertação*, [Mestrado em Geografia Humana] - Departamento de Geografia, FFLC, USP.

- Geografia, FFLCH, USP.
- 81 KAUSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Poesisa, 1980.
- 82 LENIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 102 Economistas.
- 83 HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- 84 SREZENI, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1937.
- 85 PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- 86 DIKICAO, E. Maria. *Marx Conceição: O bolshévica: acumulação e mistura*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.
- 87 SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1991 e *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 88 ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- 89 MOREIRA, Ruy. *O desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campo no processo*. Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 1, n. 1, 1986.
- 90 ALTA AGRÁRIA NO BRASIL". In: SIMPÓSIO A RENOVACÃO DA GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: AGRIS/IBRAC, 1973.
- 91 PEREIRA, Ruy. *Os movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- 92 HARK, Karl. *O Capital*. Livro III, vol. III, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 317. (Os Economistas, vol. 4).
- 93 LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- 94 SHAMIN, Teodor. *La Classe Incomoda*. Madrid: Alianza, 1973.
- 95 AMIN, Samir. *VERGOPULOS, Kostas. Questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 96 MARTINS, José Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979. *Expropriação e violência a questão do campo*. São Paulo: Hucitec, 1980. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. *Política na questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1984. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989. *Achegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994. *Fronteira*. São Paulo: Hucitec, 1997. e *Exclusão e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- 97 MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- 98 SANTOS, José Vicente Tavares. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- 99 SADER, Ely. *Regina. Espaço e luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 100 OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino. *A apropriação da terra da terra pela capital na agricultura paulista*. Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 1, n. 1, 1986. *Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1987. *ICol. Responsando a Geografia e Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas-SP: Papirus, 1987. *ICol. Educar e Aprender*.
- 101 OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino. *Agricultura e indústria no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, n. 58, set. 1981.
- 102 OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. *ICol. Caminhos da Geografia*.
- 103 OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino. *Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1998.
- 104 THOMAZ Jr., Antonio. *A territorialização no monopólio: as agroindustrias canieiras em Jaboticabal*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP. e *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Anablume/Fapeap, 2002.
- 105 MAZUSAKI, Marcia Yukari. *A territorialização da arquitetura no Estado de Mato Grosso do Sul: o caso da tecnologia UNESP*. e *Monopolização do território pelo capital e reestruturação produtiva na agricultura em Mato Grosso do Sul*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 106 FERRANDES, Bernardo Marçano. *Especialização e territorialização da luta da terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1994. *MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP, publicada sob o título de MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1998. *Contribuição ao estudo do campo brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 1979-1999. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP, publicada sob o título *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 107 MESQUITA, Helena Angelica da. *Corumbalera: o massacre dos camponeses*. Rondônia, 1995. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 108 MACEDO, Cátia Oliveira. *Ilhas de reforma agrária no oceano do latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril (PA)*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 109 FELICIANO, Carlos Alberto. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 110 METIDIEPO Jr., Marco Antonio. *O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as condições da luta pela terra no Brasil*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 111 MACHETTO, Sérgio Ricardo Araújo. *"Fora da terra o milagre do pão": o assentamento Timbora - Andradina, SP*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 112 AVELINO Jr., Francisco José. *A questão da terra em Mato Grosso do Sul: posseiros e conflitos*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 113 BOMMEHEU, Larissa Miao. *O barão Reforme Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 114 BOMMEHEU, Larissa Miao. *O barão Reforme Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: publicada sob o título *O Barão Reforme Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Anablume, 2004.
- 115 ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, distinção e territorialização: o processo e (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente-SP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- 116 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Dilex/Bertrand Brasil, 1989.
- 117 MARQUES, Maria Inez Medeiros. *De sem-terra a possessor: a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária no caso dos assentados nas fazendas Refor e Velha em Goiás*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP. e *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira, PG*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 118 SIMONEITI, Miriam Claudia Lourenço. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 119 WOODRITTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, Brasília: Edusp, 1995.
- 120 WOODRITTMANN, Klaus. *Com parente não se negocia: o camponês como ordem moral*. Anuário Antropológico, Brasília: Edusp, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-72, 1990. WOODRITTMANN, Ellen F. & Klaus. *O trabalho na terra*. Brasília: Edusp, 1997.
- 121 MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978. *Camponeses*, pp. cit.
- 122 CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- 123 KAHIL, Samira Peduti. *Luta dos posseiros em Itaguaçu São Paulo: a dinâmica da construção/destruição do território para o trabalho livre*. Rio Claro-SP, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP.
- 124 BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: os camponês e lutas pela liberdade*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 125 Sader, op. cit.
- 126 SANTOS FILHO, José dos Reis. *Espaço imaginário social: a luta pela terra em Tucuruí*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 127 ESTEIRA, Ely Souza. *Os sampauleiros do Alto Sertão da Bahia*. São Paulo, 1999. *Dilex/ICol* (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP, publicada com o título *Os sampauleiros em Geografia Humana*. Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 128 LOURENÇO, Elaine. *Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordândia e Belterra, PA*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 129 BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 130 JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na frente do asfalto: conflito pela terra em Conde, Zona da Mata (Pernambuco)*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP, publicada em livro *Capim na frente do asfalto*. São Paulo: Humanitas/Fapeap, 2003.
- 131 DIEBUES, Antonio Carlos S. *Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. e *Passadouro, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1993.
- 132 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. *O ato da terra*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1999.
- 133 CASTRO OLIVEIRA, Bernadete. *Tempo de travessia: tempo de recriação: proteção e trajetória camponesa*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, FFLCH, USP.
- 134 AVALLERI, Lúcia. *A comunidade cisterca no processo da reclassificação da Reserva Ecológica de Juatingá*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia,

- FELCH, USP.
- 91 SILVA, Simone Rezende. **Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do censo caçaria: transformações de uma população tradicional camponesa**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 92 LIMA, Dario de Araújo. **O lugar Maromba: Presidência Prudente-SP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.**
- 93 FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da lavoura às cercas: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios camponês no extremo norte do Espírito Santo**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 94 BARBOSA, Carla Gonçalves Aulunga. **Trazidos... por Tupã: a luta pelo território Guaraní em São Paulo, São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.**
- 95 LADNER, Maria Inês Marins. **Espaco geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 96 LIRA, Elizeu Ribeiro. **A desconstrução do território Katô: Presidência Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.**
- 97 PARRA, Ivani Ferreira. **Território indígena: direito memorial e o devir**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 98 MORAES, João Marcos B. **Da terra tradicional a território indígena: o processo de territorialização dos índios Tupiniquim de Aracruz**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 99 GOMIDE, Maria Lucia Derida. **Popos indígenas do cerrado, territórios ameaçados: terras indígenas Xanete Sangradouro/Volta Grande e São Marcos, MT**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 100 MOSENO, Galena. **Os ideais caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 101 VIDIGAL, Circe da Fonseca. **Sinop: a terra prometida, geopolítica da ocupação da Amazônia**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 102 OLIVEIRA JR., Paulo Henrique Borges. **Ribeirinhos e roceiros: subordinação e resistência camponesa em Gurupá, PA**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 103 CRUZ, Manuel de Jesus Marinho. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização do produção camponesa no município do Carro da Varzea, Amazonas**. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 104 SILVA, Silvio Snirore. **A fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente-SP, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- 105 GOETTERT, Jones Darr. **O voo das parndugas: migração sulista para Rondônia, MT**. Presidente Prudente-SP, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- 106 SILVEIRA, Fátima Rejunda. **Sumo e polira nos olhos dos que produzem**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - FFLCH, USP. e **A recriação do camponês na região de Presidente Prudente**. São Paulo, 1981. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 107 CALAI, Helena Copetti. **Trajectoria da expropriação, o colono e a formação de colonias novas**. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 108 CARVALHO, Márcia Siqueira. **A pequena produção de café no norte do Paraná**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 109 BINSZTOK, Jacob. **O espaço agrário fluminense: ideologia, desenvolvimento, contradição e desigualdades**. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 110 LIMA, Maria José de Araújo. **A leitura dos saberes no semi-árido: um estudo de caso**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 111 MEDEIROS, Célia Maria Santos Vieira. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 112 MARDOQUE, Seduasi. **O processo de ocupação do extremo noroeste paulista - Jales, SP**. Presidente Prudente-SP, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- 113 BOURNIER, Diva Maria de Faria. **A agricultura brasileira: a produção de alimentos**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 114 ETEDES, Virginia Elizabeth. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. São Paulo, 1990. Dissertação de mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP. e publicada sob o mesmo título em Santa Cruz do Sul-RS, Edinisc, 1991; **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Walbal**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP. e publicada em Santa Cruz do Sul-RS: Edinisc, 2000.
- 115 TOMIASSI, Eliane Pauline. **Terra & vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Presidente Prudente-SP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- 116 CAMPOS, Nazareno José. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 117 CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis-SC: FCC-Editores/Ed. UNESC, 1991.
- 118 MARCOS, V. de. **Comunidade Simsen: luto e territorialidade**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- 119 MARCROSS, V. de. **Alternative per la Produzione Agricola Contadina nell'Otica dello Sviluppo Locale Autosostenibile**. Genova, 2004. Tese (Doutorado em Geografia e Pianificazione del Paesaggio) - Università degli Studi di Genova, Itália. Orientador: Massimo Quaini.
- 120 Oliveira, A. **Geografia Agrária e as transformações...** op. cit. (nota 2).
- 121 LEFERRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- 122 CALABI, Andréa. **ENDOVINA. Sobre o uso capitalista do território**. Milano, s.d.
- 123 RAFFESTINI, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Auca, 1993.
- 124 GOTTINGER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- 125 CORAGGIO, José Luis. **"Possibilidades de um Ordenamento Territorial para la Transición en Nicaragua 1982"**. In: BECKER, Berta K. Jong I. **Ordenação do território: uma questão política?** Rio de Janeiro: UFRJ-Geografia, 1984.
- 126 QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- 127 CHENSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- 128 Lacoste, op. cit.
- 129 Frase do general economista José Juliano de Carvalho Filho, da FEA-USP, nas reuniões de elaboração do II Plano Nacional da Reforma Agrária do Governo Lula, no segundo semestre de 2003.
- 130 SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 1986. p. 186-7.
- 131 SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/projetos/rurbrano7.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbrano7.html)
- 132 Ibid., p. 114 (versão on-line).
- 133 Id.
- 134 Id.
- 135 Ibid., p. 12
- 136 Ibid., p. 2-3.
- 137 Ibid., p. 3
- 138 KINGDON, E. J. **PUGLIESE, E. "A difícil delimitação do 'urbano' e do 'rural'"**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal, n. 22, p. 83-89, abr. 1987.
- 139 Silva, J. G. **"O novo rural..."** op. cit., p. 3
- 140 Id.
- 141 Ibid., p. 4.
- 142 IBGE. **PNAD 2002**, vol. 23. Rio de Janeiro, 2002. p. 15.
- 143 IBGE. **PNAD 1998** síntese dos indicadores. Rio de Janeiro, 1999. p. 30.
- 144 IBGE. **Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2001. p. 21.
- 145 IBGE. **XI Recenseamento geral do Brasil: manual de delimitação dos setores de 2000**. Rio de Janeiro, 1998. p. 20.
- 146 IBGE. **Censo demográfico 2000**, op. cit. p. 322.
- 147 IBGE. **Atlas do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2003. p. 36.
- 149 IBGE. **PNAD 2002**, op. cit., p. 31 (grito meu)
- 150 VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- 151 CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Serra o Brasil menos urbano do que se calcula?**. Geusp, São Paulo: Dplo. de Geografia-FFLCH-USP, n. 12, p. 179-187, 2003.

O CAMPU NO SÉCULO XXI

- 152 Oliveira, "A Geografia Agrária e as transformações..." op. cit. [nota 2].
- 153 Carlos, "Séria o Brasil..." op. cit., p. 179-180.
- 154 Ibid., p. 180.
- 155 Ibid., p. 181.
- 156 Veiga, op. cit., p. 32-34.
- 157 Ibid., p. 34 [grifo meu].
- 158 Ibid., p. 31.
- 159 Ibid., p. 43.
- 160 Curtius, "Série e Urusil..." op. cit., p. 181-182.
- 161 Veiga, op. cit., p. 58.
- 162 Carlos, "Séria o Brasil..." op. cit., p. 182-183.
- 163 Ibid., p. 183-184.
- 164 Oliveira, "A Geografia Agrária e as transformações..." op. cit., p. 43-110.
- 165 Carlos, "Séria o Brasil..." op. cit., p. 184-186.
- 166 Veiga, op. cit., p. 37.
- 167 Ibid., p. 37-38.